



## SAÚDE

## Gabinete da Ministra

## Despacho n.º 3095/2020

*Sumário:* Designa, em regime de comissão de serviço, por um período de cinco anos, renovável por igual período, a mestre Rute Alexandra de Carvalho Frazão Serra, para exercer o cargo de subinspetora-geral das Atividades em Saúde.

Considerando que a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) realizou procedimento concursal para o cargo de subinspetor-geral das Atividades em Saúde, publicado pelo Aviso (extrato) n.º 9566/2018, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 135, de 16 de julho de 2018, em obediência às regras de recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública, previstas nos artigos 18.º e 19.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e órgãos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação;

Considerando que, nos termos previstos no n.º 8 do artigo 19.º da citada Lei n.º 2/2004, o júri do mencionado procedimento concursal apresentou proposta indicando três candidatos, entre os quais a mestre Rute Alexandra de Carvalho Frazão Serra;

Assim:

Ao abrigo do disposto nos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, determino o seguinte:

1 — Designo, em regime de comissão de serviço, por um período de cinco anos, renovável por igual período, a mestre Rute Alexandra de Carvalho Frazão Serra, para exercer o cargo de subinspetora-geral das Atividades em Saúde, cujo currículo académico e profissional consta da nota curricular publicada em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

2 — Autorizo a designada a exercer, em acumulação, a atividade de docência em estabelecimentos do ensino superior, cumpridos os requisitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de março de 2020.

28 de fevereiro de 2020. — A Ministra da Saúde, *Marta Alexandra Fartura Braga Temido de Almeida Simões*.

## ANEXO

## Nota curricular

Rute Alexandra de Carvalho Frazão Serra.

Mestre em Direito — Ciências Jurídico-Políticas, com a tese «Controlo Financeiro Público e Responsabilidade Financeira», publicada integralmente na revista jurídica digital *Data Venia*. Pós-graduada em Gestão Pública, pelo Instituto Superior de Gestão.

Formação profissional diversa nas áreas da investigação criminal, auditoria pública, contratação pública, gestão organizacional pública, direito contraordenacional, administrativo, penal e económico-financeiro.

Exerce atualmente funções de auditoria pública externa, junto do Tribunal de Contas de Portugal.

Durante oito anos exerceu funções dirigentes na Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, como chefe de divisão do Gabinete de Inspeção e Assuntos Internos, inspetora-chefe da Delegação de Santarém e inspetora-diretora da Unidade Regional do Norte.

Formadora de direito contraordenacional, penal e processual penal e de responsabilidade financeira.

Orientadora de estágios de cursos de acesso à carreira inspetiva, na ASAE.



Presidente de júris de vários procedimentos concursais.

Chefe da Missão da ASAE, no Seminário para Oficiais de Inspeção e Quarentena de Língua Portuguesa, *Changzou*, República Popular da China.

Docente convidada pelo Instituto Português de Psicologia, nas Pós-graduações de Investigação Criminal (2013-2018) e Gestão do Risco de Fraude Económico- Financeira.

Oradora convidada em diversas sessões de esclarecimento, conferências, palestras, no âmbito da sua atividade profissional.

Membro da Direção do Observatório de Economia e Gestão de Fraude e do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo.

Autora de diversos artigos e estudos, com destaque para os seguintes: «A auditoria pública externa como instrumento de combate à corrupção — o papel das Instituições Superiores de Controlo», Ed. Húmus & OBEGEF, janeiro'2016; «*External public audits as na instrument in the combat against corruption: the role of the Supreme Audit Institutions*», in Revista do Tribunal de Contas da União, República Federativa do Brasil, ano 48, n.º 135, janeiro/abril de 2016, edição bilingue; «Interesses públicos e privados: a gestão do conflito», Ed. Húmus & OBEGEF, julho de 2018.

Cocoodenação científica da obra «Ética e Integridade na Vida Pública» (título provisório), com o artigo científico «Dilemas Éticos na Gestão Pública: contextos e metodologias» (no prelo).

Louvores públicos n.ºs 237/2013, de 26 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 48, de 8 de março de 2013, e 560/2013, de 30 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 111, de 11 de junho de 2013.

313070268